

## **Greve Nacional da Administração Pública - FNE presente em ação na Escola Secundária Passos Manuel**

O Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação (FNE), João Dias da Silva e Cristina Ferreira, Presidente do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (STAAESRA) estarão a partir das 08h00m do dia 15 de fevereiro e até às 09h00m, à entrada da Escola Secundária Passos Manuel, na Travessa Convento de Jesus, Lisboa, para apoiarem os trabalhadores em greve nesse estabelecimento de ensino e apresentarem os resultados que forem sendo recolhidos em termos de acompanhamento da greve da administração pública que foi convocada.

A FNE quer desta forma sublinhar a questão dos trabalhadores Não Docentes e da insuficiência dramática de funcionários que garantam o funcionamento das nossas escolas, situação que leva a que existam serviços nas escolas que não funcionam por falta de trabalhadores, mas também com uma sobrecarga para aqueles que se mantêm ao serviço, sem esquecer que se tem continuado o recurso à precariedade para resolver muitos dos problemas das escolas. O Ministério da Educação foi até agora incapaz de procurar resolver estes problemas com as organizações sindicais.

A FNE aproveitará a oportunidade para insistir também na reivindicação do início das negociações para a recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes por 9 anos, 4 meses e 2 dias e que é também motivo para esta greve.

É hora de mostrar ao Governo que tem agido mal, mas que pode ir ainda a tempo de corrigir, existindo da nossa parte total disponibilidade para negociação e busca de soluções, como acontece, por exemplo em relação à proposta já apresentada pela FNE no início desta legislatura, com vista ao estabelecimento das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes e que foi até agora ignorada pelo Governo durante estes 4 anos, do mesmo modo que continua a ignorar a orientação definida pela Lei do Orçamento de Estado para que se iniciem as negociações relativas à recuperação integral do tempo de serviço congelado aos professores de 9 anos, 4 meses e 2 dias.

O Governo continua a não valorizar nem dignificar o esforço dos trabalhadores da administração pública, sendo por isso inevitável esta greve, a qual tem toda a justificação, permitindo que os trabalhadores demonstrem a sua insatisfação pela sua situação.

Porto, 13 de fevereiro de 2019

A Comissão Executiva

Pedro Barreiros – Vice-Secretário-Geral

Contacto: 916628000